



Comissão Permanente de Legislação  
e Jurisprudência

Revogada pela Resolução TJRR/TP n. 30, de 22 de junho de 2016.

**RESOLUÇÃO TJRR/TP N. 1, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2009.**

Altera o Regimento Interno do Tribunal  
de Justiça do Estado de Roraima.

~~O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA, em sua composição plenária, no exercício da competência que lhe é atribuída pelo Código de Organização Judiciária e pelo seu Regimento Interno e~~

~~CONSIDERANDO o princípio da eficiência que orienta toda a administração pública,~~

**RESOLVE:**

Art. 1º ~~O artigo 416 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima passa a vigorar com as seguintes alterações:~~

~~“Art. \_\_\_\_\_ 416~~

~~.....~~

~~I \_\_\_\_\_~~

~~.....~~

~~II \_\_\_\_\_~~

~~.....~~

~~III — se o preenchimento da vaga for pelo critério de merecimento, formar-se-á lista triplíce, obtida através de eleição de magistrados dentre os que possuam dois anos de exercício na respectiva entrância e integrem a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta;~~

~~a) o cálculo da quinta parte da lista de antiguidade deve sofrer arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, caso fracionário o resultado da aplicação do percentual, de modo a assegurar a participação de pelo menos vinte por cento dos potenciais candidatos mais antigos;~~

~~b) se todos os integrantes da primeira quinta parte da lista de antiguidade não manifestarem interesse, deve ser formada a segunda quinta parte considerando o universo dos magistrados integrantes da mesma entrância ou classe, excluindo-se os integrantes da primeira, e assim sucessivamente; e~~

~~c) se algum integrante da quinta parte não manifestar interesse, apenas participam os demais integrantes dela, não sendo admissível sua recomposição.” (NR)~~

Art. 2º ~~O Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima passa a vigorar acrescido do seguinte art. 416-A:~~



Comissão Permanente de Legislação  
e Jurisprudência

~~“Art. 416 A. Na existência de apenas dois nomes que perfaçam os requisitos constitucionais, não haverá recomposição da quinta parte da lista de antiguidade, possibilitada a escolha entre os dois nomes ou a recusa pelo voto fundamentado de dois terços do Tribunal Pleno. O mesmo ocorrerá se houver apenas um magistrado habilitado.” (NR)~~

~~Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.~~

**Robério Nunes**  
Presidente

**José Pedro**  
Membro

**Ricardo Oliveira**  
Membro

**Almiro Padilha**  
Membro

Este texto não substitui o original publicado no DJe, [edição 4018](#), 5.2.2009, p. 2.